



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15886 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

Política de ação afirmativa no Ifes Nova Venécia: possibilidades e desafios
Thaina Rodrigues Gava Angeli - IFES - Instituto Federal do Espírito Santo

POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO IFES NOVA VENÉCIA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Este trabalho é resultado da pesquisa, desenvolvida em 2022, num Programa de Mestrado Profissional em Educação, com tema política de ação afirmativa e se propôs a discutir permanência e êxito escolar. Compreendendo a escola como aquela que contempla e acolhe as diversidades, entendendo que os alunos não são seres isolados, mas, sim, sujeitos que possuem suas vivências, marcas e histórias, faz-se necessário direcionar os olhares e ações para que o direito à educação não seja resumido apenas a dados estatísticos de ingresso escolar, mas de políticas públicas que visem assegurar e possibilitar melhores condições aos alunos, garantindo-lhes uma permanência acadêmica, material e social.

Pesquisou-se os impactos dos marcadores sociais de gênero, raça e classe na trajetória escolar de alunos dos cursos técnicos integrados do Ifes Campus Nova Venécia, de 2010 a 2020. Primeiro foi realizado um levantamento documental, extraindo dados do Sistema “QAcadêmico”, obtendo dados quantitativos, agrupados e sem identificação pessoal, do perfil (gênero, idade, endereço, renda, cotas), ingresso, reprovação e dependência. Estes dados foram analisados e cruzados através do programa estatístico SPSS. Posteriormente, foi realizada uma entrevista semiestruturada com servidores lotados nas coordenadorias de Registro Acadêmico, Gestão Pedagógica e Assistência à Comunidade, Direção Geral e Docentes, a fim de compreender, a partir da atuação profissional destes, a relação dos marcadores sociais na trajetória dos alunos dentro do campus. Os dados quantitativos e

qualitativos da pesquisa foram combinados e analisados juntos, resultando em conclusões integradas. Assim, apesar de ter uma primeira fase quantitativa, a pesquisa é primordialmente qualitativa quanto à abordagem do problema, análise documental, estudo de caso e realização de entrevistas. Segundo André (2013, p. 97): “as abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados”.

Conforme estabelecido nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal do Brasil de 1988, o direito à educação deve ser ofertado de forma justa, inclusiva e democrática para todos, independente de classe social, raça, gênero etc. Mas tratando-se de Brasil, país com uma história escravocrata e patriarcal, marcada por tantas desigualdades, é preciso reconhecer que apenas oportunidades iguais não são suficientes: é preciso equidade. Não é possível oferecer tratamento igual a sujeitos que estão em realidades tão desiguais. Tentativas de ocultar as desigualdades não são capazes de mascarar o crescimento da pobreza, desemprego e da precarização das formas de viver. São os mais desiguais dos desiguais que vão chegando às escolas (Arroyo, 2010) e a escola deve estar preparada para receber e acolher esses novos integrantes e as novas demandas pedagógicas, culturais e socioeconômicas. A lei 12.711/2012, conhecida como lei de cotas ou lei de ação afirmativa, dispõe sobre a reserva de vagas nas Universidades e Institutos Federais de ensino, e vem oportunizando o acesso das classes menos favorecidas ao Ifes. Com base nesse dispositivo legal, vagas são reservadas para que os alunos de escola pública, pretos, pardos, indígenas, baixa renda e portadores de deficiência tenham maiores possibilidades de acesso a estas instituições. Para Gomes (2012, p. 01), as políticas de ações afirmativas: “Buscam mitigar a flagrante desigualdade brasileira atacando-a naquilo que para muitos constitui a sua causa primordial, isto é, o nosso segregador sistema educacional, que tradicionalmente, por diversos mecanismos, sempre reservou aos negros e pobres em geral uma educação de inferior qualidade”. Existem diversas modalidades de políticas de ações afirmativas, cujos objetivos são solucionar os problemas históricos e atuais de desvantagem de uns sobre os outros. Assim, embora a reserva de vagas nas universidades e institutos federais seja a forma mais conhecida de política de ação afirmativa, existem tantas outras na educação, saúde, concursos públicos e mercado de trabalho. A criação dessas políticas públicas é necessária para que possamos combater a discriminação diante dos grupos oprimidos na sociedade. Compreendendo como Silva Filho (2008) que política de ação afirmativa tem o objetivo de combater a discriminação historicamente construída contra determinados grupos sociais e o que o processo de democratização da educação precisa contemplar ações e políticas que garantam o acesso, a permanência e a formação de qualidade

para todos entende-se que é necessário criar oportunidades para que os que possuem menos condições também tenham acesso a uma educação de qualidade e, ao ingressarem ali, permaneçam e tenham êxito.

Os resultados da pesquisa ratificaram a necessidade de uma análise de interseccionalidade, com base em mais de uma variável. Raça e classe social no Brasil caminham lado a lado. O cruzamento dos dados Raça/Situação de matrícula e Classe Social/Situação de matrícula mostrou a urgência de analisar questões relativas ao êxito e à permanência desses alunos. É fato a importância das cotas para o acesso dos alunos em situação de vulnerabilidade ao campus, entretanto, as conclusões da pesquisa demonstram a necessidade de repensar o sucesso e a conclusão do curso por esses grupos. Assim, foi desenvolvida uma proposta interventiva, apresentando diretrizes para institucionalização de uma Política de Ações Afirmativas, que se desdobrará em ações e projetos, para além do acesso ao Ifes, já previsto pela Lei de Cotas, possibilitando então uma melhoria na permanência e êxito dos alunos, principalmente os de origem popular.

As ações sugeridas nas diretrizes foram: Programa pré Ifes, Mapeamento dos alunos ingressantes; Reestruturação do Programa de Assistência Estudantil; Institucionalização de aulas de nivelamento; Orientação acadêmica, social e de saúde; Estabelecimento de política de formação continuada para os docentes; Efetivação das atividades da comissão de permanência e êxito; Fortalecimento das ações dos Núcleos de Estudos; Reavaliação dos PPC; Construção de espaços de convivência; Valorização das múltiplas inteligências e Debates dos currículos.

Por fim, reafirma-se a necessidade de garantir a todos o direito ao acesso, à permanência e ao êxito escolar, e, para isso, a escola deve acolher as diferenças, valorizando as múltiplas inteligências, reconhecendo e despertando em cada aluno suas potencialidades.

Palavras-chave: Marcadores sociais, Permanência, Ações Afirmativas

REFERÊNCIAS

ANDRE, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista FAEBA – Educação e Contemporaneidade. Salvador, v.22, n. 40, jul./dez. 2013. Disponível em <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba/article/view/7441>>. Acesso em 05 de jan de 2021.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas educacionais e desigualdades: a procura de novos significados. Educ.Soc. Campinas, v. 31, n. 113, out./dez. 2010. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302010000400017&script=sci_abstract&t lng=pt> . Acesso em 20 de dez de 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 06 de jan de 2021.

GOMES, Joaquim Benito Gomes. O debate constitucional sobre as ações afirmativas, 2012. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/o-debateconstitucional-sobre-as-acoesafirmativas-por-joaquim-barbosa/> >. Acesso em :19 de ago de 2021.

SILVA FILHO, Penildon. Políticas de Ação Afirmativa na Educação Brasileira: estudo de caso do Programa de Reserva de Vagas para Ingresso na Universidade Federal da Bahia. 2008. 211f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.